

A LOCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS E A SUA COMERCIALIZAÇÃO EM CIRCUITOS CURTOS NO BRASIL

THE LOCATION OF ORGANIC FOOD PRODUCTION AND ITS COMMERCIALIZA- TION IN SHORT CIRCUITS IN BRAZIL

Autor(es): Ariele Carolina Contrigiani, Marta Cristina Marjotta-Maistro, Adriana Estela Sanjuan Montebello e Denis Sautier

Filiação: Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). CIRAD - Universidade de Montpellier, França

E-mail: ariele.contrigiani@gmail.com, marjotta@ufscar.br, adrianaesm@ufscar.br e denis.sautier@cirad.fr

Grupo de Trabalho (GT): GT10. Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo

Nos últimos anos a preocupação com a alimentação saudável vem aumentando e o mercado de alimentos orgânicos tem estado em constante ascensão. Debates sobre a forma de produção e consumo têm ganhado destaque e perduram e criam-se experiências de grupos de agricultores e consumidores que propõem e utilizam os circuitos curtos como uma forma de comercialização, reconhecendo o papel do agricultor familiar no desenvolvimento de sistemas alimentares mais sustentáveis e reconectando o consumidor ao agricultor. Este artigo visa realizar um levantamento das unidades de produções orgânicas e de diferentes formas de comercialização em circuitos curtos, demonstrando a sua disposição e dimensão no território nacional. Para condução do artigo utilizou-se como metodologia, a pesquisa descritiva e exploratória com o uso de dados secundários. Constatou-se que, apesar de expressivo, o crescimento de unidades de produção agrícola e locais de comercialização de alimentos orgânicos no Brasil ainda mantém distanciamento entre os locais de produção e consumo. Assim, concluiu-se a necessidade da produção e consumo de alimentos serem debatidos conjuntamente como ampla política pública de alimentação.

Palavras Chave: Desenvolvimento rural. Mercados locais. Redes alimentares alternativas. Sistemas agroalimentares.

Abstract

In recent years the concern with healthy eating has been increasing and the organic food market has been constantly rising. Along with this, debates about the way of production and consumption have gained prominence, and today they persists and create experiences by groups of farmers and consumers who propose and use short circuits as a form of marketing, recognizing the role of family farmers in development more sustainable food systems, which reconnects the consumer with the farmer. This article aims to carry out a survey of organic production units and different forms of commercialization in short circuits, demonstrating their disposition and dimension in the national territory. To conduct the article, descriptive and exploratory research was used as methodology, with secondary data source. It was found that, although expressive, the growth of agricultural production units and places for commercialization of organic food in Brazil still keeps distance between the places of production and consumption. Therefore, the need for food production and consumption to be discussed together as a broad food public policy.

Keywords: Rural development. Local markets. Alternative food networks. Agri-food systems.



1. Introdução

É notável que o consumo de alimentos orgânicos vem aumentando ao redor do mundo e que os consumidores estão cada vez mais exigentes e conhecedores sobre seu alimento, à procura de uma alimentação de alta qualidade com alimento mais frescos, limpos, sustentáveis e com técnicas de cultivos que respeitem o meio ambiente e as relações humanas (OTA, 2020). Essa nova demanda tem trazido à tona discussões sobre a integração de métodos e práticas de conservação ambiental na produção agrícola, evidenciando o interesse de consumidores preocupados com a saúde humana, aspectos ambientais e preservação do planeta Terra e, com isso, a agricultura orgânica vem ganhando espaço (DIAS et al, 2015).

No entanto, não é suficiente enfocar apenas a dimensão da produção orgânica. O desafio é buscar a sustentabilidade do sistema agroalimentar no seu conjunto — o qual pode ser definido como o conjunto dos agentes, dos serviços e das instituições responsáveis pela produção, distribuição, acesso, consumo e armazenamento de alimentos. Como assinalava Josué de Castro, em seu livro “Geografia da Fome”, a fome é uma “prova que as organizações sociais vigentes se encontram incapazes de satisfazer a mais fundamental das necessidades humanas, a necessidade de alimentos” (CASTRO, 1984, p. 34) e deriva muitas vezes de um problema de distribuição e acesso aos alimentos disponíveis (SANTOS, 2002).

Dentro da discussão sobre os sistemas agroalimentares, cabe então articular os debates sobre a produção e sobre a distribuição de alimentos. A produção por meio do modelo de sistema alimentar hegemônico é altamente especializada, industrializada e completamente orientada para o mercado, e faz uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos no cultivo (PLOEG, 2008). Neste modelo, o retorno econômico obtido pelos agricultores é baixo, devido ao alongamento da cadeia de abastecimento e à redistribuição de valores entre todos intermediários nela envolvidos. Este processo concorre para um afinilamento e distanciamento das relações entre agricultores e consumidores (PREISS; MARQUES, 2015). Assim, há uma deslocalização na produção de alimentos e, conseqüentemente, no sistema alimentar. Desta forma, à medida que perde suas características originais e seu vínculo sociocultural, o alimento, igualmente, é desnaturalizado (*Ibidem*).

Como reação ao sistema agroalimentar predominante, emergem iniciativas que buscam alternativas a esse modelo, como por exemplo, mudanças de hábitos alimentares, novos pensamentos e reflexões sobre hábitos de compra e consumo, valorização da origem do alimento, entre outros (SEVILLA GUZMÁN, 2012). A partir dessas motivações, o autor destaca o surgimento de canais alternativos de comercialização mais curtos, conformando novas relações entre consumidores e agricultores.

Existe um amplo consenso sobre a ideia de que a industrialização e a globalização das cadeias agroalimentares desconectaram a alimentação do seu contexto sociocultural e territorial (WISKERKE, 2009), o que situa a manutenção ou o surgimento de circuitos de comercialização curtos ou de proximidade, numa perspectiva contra hegemônica e de reconexão. Os circuitos curtos não dizem respeito apenas à relação produtor-consumidor, mas são frequentemente conceituados como um paradigma alternativo ao do agronegócio industrializado, visando uma abordagem territorial integrada à alimentação (CHIFFOLEAU, 2019). Nessa concepção, o objetivo é reaproximar os alimentos em escala territorial, levando em conta os desafios do desenvolvimento sustentável.

Dados os recentes debates em torno do tema da alimentação, este trabalho tem como objetivo geral realizar um levantamento dos produtores orgânicos e de diferentes formas de



comercialização em circuitos curtos, demonstrando a sua disposição e dimensão no território nacional.

Este artigo é composto de cinco partes: esta introdução, uma fundamentação teórica articulando os temas de interesse, o procedimento metodológico utilizado, a apresentação dos dados seguido das suas discussões e, as considerações finais sobre o estudo.

2. Referencial teórico

2.1 Desenvolvimento da Produção e Comercialização de Orgânicos

No período da Revolução Verde, iniciado nas décadas de 1960 e 1970, optou-se pelo desenvolvimento capitalista no campo aliado à manutenção de uma estrutura fundiária concentrada, ao invés da realização da reforma agrária. Prevaleceu o desenvolvimento de grandes latifúndios produtores de monocultura com o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, interferindo e alterando o modo de produção agrícola no país (PRIM, 2004). Em contramão a esse processo, no início dos anos de 1980, surgem também movimentos e iniciativas contrários ao pacote tecnológico da Revolução Verde, a forma como a modernização da agricultura vinha sendo conduzida e a perspectiva de desenvolvimento rural adotada, remontando as raízes do movimento agroecológico. (IPEA, 2020; MONTEIRO, LONDRES, 2017; SOUZA, DOURADO, 2014).

De fato, desde a década de 1970, começaram a surgir os primeiros trabalhos e pesquisas que apontavam os riscos ao meio ambiente e os impactos dessa agricultura que se denominava de convencional (KHATOUNIAN, 2001; SOUZA, DOURADO, 2014), tais como a degradação do solo, o envenenamento das águas e a toxicidade para a saúde dos produtores e consumidores (NOVAES, 2015). Assim, os movimentos a favor de outra forma de agricultura organizaram e definiram uma proposta de desenvolvimento rural, como alternativa e enfrentamento ao modelo convencional, fundamentada em uma agricultura baseada na produção de base ecológica. (SOUZA, DOURADO, 2014)

O consumo de alimentos orgânicos, longe de ser uma tendência passageira, constitui pelo contrário, um claro *trend* de longo prazo, não só no Brasil, como em escala mundial (ORGANIS, 2020). Em 2018, o consumo mundial de orgânicos representava \$97 bilhões de euros, cujos ganhos eram liderados pelo Estados Unidos, com \$40,6 bilhões de euros, seguidos pela Alemanha (10,9 bilhões de euros), França (\$9,1 bilhões de euros) e China (\$8,1 bilhões de euros). De acordo com o Anuário 2020 do “Mundo dos Orgânicos” (WILLER et al., 2020), 181 países declararam praticar a agricultura orgânica — representando um aumento de 135% comparado com a 1ª edição do anuário, em 1999.

No que diz respeito à alimentação orgânica, é comum supor que os alimentos orgânicos são aqueles cultivados apenas sem o uso de agrotóxicos ou adubos químicos e sem muitas preocupações técnicas com a produção. No entanto, a produção orgânica vai além disso, pois é definido como sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas que não prejudicam o ecossistema local, otimizam os recursos naturais disponíveis e respeitam características socioeconômicas e a integridade cultural da comunidade local, e não utiliza organismos geneticamente modificados e materiais sintéticos e, ademais, prioriza a sustentabilidade e preservação do meio ambiente, em todas as fases do processo de produção (BRASIL, 2003).

O artigo 3º da Lei nº 10.831/2003, que regulamenta a agricultura orgânica, ressalta que para comercializar produtos, os produtores orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido



oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2007), a comprovação da conformidade da produção orgânica pode ser feita por meio de três diferentes maneiras oficiais, que atestam se as normas foram devidamente cumpridas, e cabe ao produtor escolher qual a que mais se enquadra em seus objetivos e possibilidades. São eles:

a. **Certificação por auditoria:** é quando a concessão do selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg é dado por uma certificadora, pública ou privada, credenciada ao MAPA. Normalmente, esse tipo de certificação é a opção de propriedades mais estruturadas, maiores e com mais recursos, e permite que os produtos sejam comercializados em qualquer lugar, muito utilizados para empresas que querem exportar os seus produtos;

b. **Sistema Participativo de Garantia (SPG):** é caracterizado pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, ou seja, todos os participantes, que podem ser produtores, consumidores ou demais interessados, se comprometem com o cumprimento das exigências técnicas estabelecidas e se responsabilizam em caso da possibilidade do não cumprimento dessas exigências por alguns membros. Para ser regular o SPG tem que ser formado, além de seus membros, por um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) legalmente constituído, que assumirá a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades e responderá pela emissão do SisOrg;

c. **Organização de Controle Social (OCS):** considerando a realidade da agricultura familiar e a importância da aproximação e relação entre consumidores e produtores, a legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a venda direta aos consumidores finais. Porém, para isso, os agricultores precisam estar vinculados a uma organização de controle social cadastrada em um órgão fiscalizador oficial, a fim de garantir a rastreabilidade de seus produtos. Desta forma, esses agricultores passam, também, a integrar o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO).

A certificação por auditoria é mais adotada pelas empresas privadas (NASCIMENTO, WONSOWSKI, PAULINO, 2018). Ela permite realizar a venda para terceiros em território nacional, como por exemplo, redes de supermercado e para mercados internacionais com os quais o Brasil possua acordo de equivalência, possibilitando a exportação dos produtos (BRASIL, 2003).

Uma segunda maneira de atestar os atributos dos produtos orgânicos, gerando confiança no produto pelo consumidor e eliminando os custos da auditoria, é o Sistema Participativo de Garantia (SPG). Os sistemas participativos de garantia, nascidos no Brasil em torno da experiência da ECOVIDA, e hoje aplicados em inúmeros países do mundo, são formas de organização baseadas nos princípios de participação, confiança, diálogo entre produtores e grupos de consumidores, visando os mercados internos e de proximidade. Tais normas são adaptadas à realidade territorial, cultural, jurídica e/ou social dos produtores que a aplicam e envolvem os agricultores com a agroecologia e mais atores, como consumidores, no processo de certificação; assim busca mudanças estruturais das regras do sistema alimentar, com base em princípios como a soberania alimentar (ANDRADE, 2017; BOUAGNIMBECK et al., 2014).

O SPG revelou-se uma ferramenta eficaz para os agricultores familiares que querem ampliar os seus canais de comercialização, pois também permite o acesso a mercados maiores e vendas por terceiros em território nacional, eliminando os custos da auditoria (NASCIMENTO; WONSOWSKI e PAULINO, 2018).



A OCS permite aos agricultores familiares atestarem a conformidade de seus produtos como orgânicos e os comercializarem para os mercados institucionais e direto ao consumidor, integrando produtores e consumidores. E como consequência, agregam valor aos seus produtos e contribuem com o desenvolvimento de mercados locais.

2.2 Mercados, Agricultura Familiar e Canais Curtos de Comercialização

Ao discutir os mercados de alimentos, Schneider (2016) propôs distinguir entre três significados: (a) o mercado como espaço físico de troca de produtos e mercadorias; (b) o mercado como princípio ordenador da atividade econômica e da sociedade e, (c) o mercado como construção social.

A fim de entender as distintas conformações de mercado, muitas das quais consideradas alternativas ao modelo hegemônico, e refletir como os agricultores familiares se relacionam, diversos autores contribuíram com uma proposta de tipologia de mercados.

Os chamados mercados de proximidade, local e territorial ou de acesso à venda direta (WILKINSON, 2008; SCHNEIDER, 2016) estão enquadrados nos chamados canais curtos de comercialização, que se configuram como uma das alternativas encontradas pelos agricultores familiares para o escoamento da produção. A formação desses canais de comercialização é compreendida dentro das interações e relações de reciprocidade de atores ligados à produção, à distribuição e ao consumo de alimentos. Com base nesse entendimento, a articulação e configuração desses mercados podem ocorrer de diversas maneiras, mas de acordo com Bava (2012) sempre com o intuito da aproximação entre produtores e consumidores, de modo que, sempre que possível os locais de produção e consumo se deem no mesmo território.

A nível internacional ganhou força a definição das cadeias curtas de comercialização como aqueles circuitos em que existem no máximo um atravessador entre produtor e consumidor (CHIFFOLEAU 2019). Nessa definição, a curta distância social e econômica é, portanto, mais importante que a distância geográfica. Pode haver cadeias curtas de comercialização em larga distância, desde que não ultrapassem um intermediário.

Outras questões de cunho social podem ser identificadas nos circuitos curtos, como o vínculo criado entre o agricultor e o consumidor, a proximidade de quem consome o alimento com o local onde ele é produzido, etc. Assim, o consumidor final passa a ter mais conhecimento sobre a questão da origem do alimento, criando um vínculo com o local, a comunidade e com o alimento que está consumindo, o que leva ao desenvolvimento de novas relações de consumo. (MARSDEN et al., 2000).

De acordo com Sevilla Guzmán et al. (2012), é importante destacar que as relações de poder dentro dessas iniciativas de comercialização buscam ser em prol dos produtores e consumidores, e não dos intermediários e grandes distribuidores. Perez-Cassarino (2013) complementa que a construção desses tipos de mercado potencializa o resgate e reconstrução de valores e princípios pautados na solidariedade, gerando novas relações e sociabilidade.

Logo, esses canais de comercialização têm a capacidade de ressignificar as relações de consumo para além da compra/venda e, assim, estabelecer novos tipos de oferta e demanda com base em novos critérios de preço, qualidade, valores ambientais e culturais (SEVILLA GUZMÁN et al., 2012).

Assim, é possível estruturar uma economia de empresas locais, que estimulem a circulação da riqueza da região, abrindo espaço para que estas iniciativas sejam também empreendimentos populares. Para Wilkison (2003) esse tipo de comércio, por meio da venda

direta aos consumidores, contribui para que aqueles agricultores, antes excluídos do processo de modernização agrícola, sejam reinseridos no mercado e nas atividades econômicas.

Neste artigo, os canais de comercialização estudados se enquadram no acesso direto (WILKINSON, 2008) ou mercados de proximidade, locais e territoriais (SCHNEIDER, 2016). Seguindo os mesmos parâmetros utilizados pelo Mapa de Feiras Orgânicas (2020), do Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor (IDEC), utilizou a seguinte divisão dos circuitos curtos de comercialização: grupos de consumo, feiras orgânicas e Agroecológicas e mercados orgânicos parceiros. Cabe observar que esta tipologia ainda não está completa, visto que existem muito mais formas de circuitos curtos de comercialização, como por exemplo, venda direto na propriedade, por meio da Internet, etc.

Em sua classificação, Schneider (2016) conceitua que os **grupos de consumo**, se enquadram naqueles mercados em que se predominam relações de troca interpessoais. Esses mercados tendem a atuar com base nas trocas diretas, valorizando a autogestão e subsidiariedade, socialmente construídos, em que as trocas estão calcadas em relações sociais de interconhecimento e reciprocidade, o que serve também como forma de controle e regulação. Acrescentam-se as **Feiras Orgânicas e Agroecológicas** e os **Mercados Orgânicos Parceiros**, como sendo espaços cada vez mais orientados pela oferta e demanda e a distribuição e circulação das mercadorias, possivelmente, deixa de ser apenas do produtor e passa também a existir um intermediário (SCHNEIDER, 2016).

3. Metodologia

Este trabalho utilizou como método de estudo a pesquisa descritiva e exploratória, a fim de proporcionar maior familiaridade com o problema e descrever suas características e/ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008). Para a realização deste trabalho, primeiramente foi feito um levantamento na literatura sobre alimentos orgânicos, canais curtos de comercialização, consumo responsável, entre outros. Para a execução do mapeamento foi feita análise e comparação de dados secundários sobre os produtores de alimentos orgânicos e os diferentes tipos de canais curtos de comercialização. Os dados sobre as unidades de produção orgânica foram levantados a partir do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), e para análise das unidades de produção foram divididas a partir da sua localização e o mecanismo utilizado para a sua certificação. Já os dados sobre canais de comercialização foram levantados a partir do Mapa de Feiras Orgânicas do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (IDEC), para a análise foi utilizada a divisão realizada pela própria plataforma (feiras, mercados e grupos de consumo) e, depois, dividido em grandes regiões de acordo com sua localização. O CNPO e o Mapa de Feiras Orgânicas estão em constante atualização, assim é importante ressaltar que ambos os dados foram coletados no mês de março de 2020.

4. Resultados e discussões

4.1 Produção Orgânica

Desde o ano de 2011, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) disponibiliza, em seu *site*, a relação das unidades de produção orgânica cadastradas no Brasil. Atualizado mensalmente, esse registro menciona a localização geográfica e os diferentes tipos

de organismo de controle e certificação. O registro no CNPO é de caráter obrigatório para os produtores orgânicos no Brasil (EMBRAPA, 2019).

O CNPO possui cadastradas 21.217 unidades de produção orgânica (UP) de todas as regiões do Brasil. A região brasileira com maior número de UPs cadastradas é a região Sul, representando 42%, quase a metade de certificados orgânicos de todo o território brasileiro. Seguindo, as regiões Nordeste e Sudeste, que quase se equiparam em relação aos números, representando 24% e 21% respectivamente (Tabela 1).

Tabela 1: Relação das unidades de produções orgânicas cadastradas do Brasil por regiões

Região	UPs	(%)
Sul	8978	42%
Nordeste	4995	24%
Sudeste	4543	21%
Norte	1891	9%
Centro-Oeste	810	4%
TOTAL	21217	100%

Fonte: CNPO; MAPA (2020).

O cadastro CNPO também contém dados de unidades de produções no exterior do Brasil, já que para fazer a comercialização do produto orgânico dentro do território nacional, as unidades de produções de países estrangeiros devem ser certificadas conforme a legislação e normas brasileiras (BRASIL, 2020). A Tabela 2 mostra a procedência das 649 unidades de produção (UPs) estrangeiras registradas no CNPO para poder importar produtos orgânicos no país. Os países da América Latina representam 78% do total de UPs internacionais — principalmente Bolívia com 59%, seguida de Argentina e Chile. O segundo continente mais cadastrado é a Europa, com 17%, sendo a Itália o país com maior número de UPs, cerca de 9,5%, comercializando produtos como azeite de oliva, industrializado à base de tomate, entre outros.

Tabela 2: Relação das unidades agrícolas orgânicas estrangeiras registradas no CNPO por continente

Continente	Total	%
América Latina	509	78,4%
América do Norte	1	0,2%
Europa	111	17,1%
Ásia	20	3,1%
África	8	1,2%
TOTAL	649	100,0%

Fonte: CNPO; MAPA (2020).



O cadastro do CNPO também informa sobre as formas de certificação. A certificação por auditoria é a mais usada, seguida da certificação via organizações OPAC (Sistema Participativo de Garantia – SPG), e finalmente Organização de Controle Social (OCS) que fornece um documento (Declaração) que é a conformidade de produção orgânica participativa (Tabela 3).

Tabela 3: Total de unidades de produção orgânicas cadastradas no Brasil, por tipo de Certificação.

Certificação	Total	(%)
Auditoria	9003	42%
OPAC	7612	36%
OCS	4602	22%
TOTAL	21217	100%

Fonte: CNPO; MAPA (2020).

A certificação por auditoria é a forma mais utilizada de avaliação orgânica entre as unidades de produção cadastradas no CNPO, representando 42% do total de certificações. As 12 certificadoras¹ credenciadas no MAPA para este fim avaliaram a conformidade orgânica de cerca de 9 mil unidades agrícolas no Brasil. A maior parte das UPs certificadas por auditoria estão localizadas na região Sul, representando 35% do total dessa categoria.

A certificação por Sistema Participativo de Garantia (SPG) representa 36% das UPs orgânicas certificadas (Tabela 3) e tem sido realizada por 27 Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade credenciados no MAPA. Com relação à localização geográfica das OPAC, 9 estão no Nordeste, 6 no Sul e Sudeste, 5 no Centro-Oeste e 1 no Norte. Os dados na Tabela 4 mostram que o Sul também é a região com maior número de UPs avaliadas por SPG, representando 71%. A região Norte foi a região com menor número de UPs em SPG, com apenas 1%.

As Organizações de Controle Social (OCS) atendem 22% das UPs orgânicas brasileiras (Tabela 3). A região Nordeste representa 47%, ou seja, quase a metade das UPs vinculadas a uma OCS. A região Sul, com realidade bem diferente dos outros tipos de certificações, representa apenas 9% das UPs orgânicas vinculadas a uma OCS (Tabela 4).

¹Certificadoras: Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), Ecocert Brasil Certificadora Ltda., IBD Certificações Ltda., IMO Control do Brasil Ltda, Agricontrol OIA Ltda., Instituto Nacional de Tecnologia, Instituto Chão Vivo de Avaliação da Conformidade, Instituto Mineiro de Agropecuária, Cugnier Certificadora, Kiwa Bcs Öko-Garantie do Brasil Ltda., Savassi Certificação De Serviços Administrativos Ltda., Igcert Serviços Administrativos Ltda/Genesis Certificações – Igcert Wqs Do Brasil Ltda.



Tabela 4: Representatividade dos tipos de garantia de conformidade de produção orgânica conforme as regiões do Brasil

Região	OPAC		OCS		Auditoria	
	UPs	%	UPs	%	UPs	%
Norte	41	1%	551	12%	1299	14%
Nordeste	709	9%	2176	47%	2110	23%
Centro-Oeste	235	3%	237	5%	338	4%
Sudeste	1215	16%	1210	26%	2118	24%
Sul	5412	71%	428	9%	3138	35%
TOTAL	7612	100%	4602	100%	9003	100%

Fonte: CNPO; MAPA (2020).

No Brasil, em sua totalidade, estão cadastradas no CNPO 4.602 UPs que utilizam a OCS, estando distribuídas em 390 organizações no território brasileiro, com a representação de 41% no Nordeste, 35% no Sudeste, 10% Norte, 8% no Sul e 6% no Centro-Oeste. A OCS não está presente apenas nos estados do Amapá, Ceará, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, esses estados utilizam a auditoria e SPG como mecanismos de certificação, com exceção do Amapá em que todas UPs são certificadas por auditoria (CNPO; MAPA, 2020).

Vale a pena mencionar que o número de produtores orgânicos é maior do que o cadastrado no CNPO, tanto pelas famílias que têm dificuldades no processo de certificação, tanto por aquelas que já estão no processo de certificação, mas ainda não foram cadastradas junto ao MAPA. De acordo com o Censo Agropecuário (2006), 95% das propriedades de agricultura familiar que fazem algum tipo de cultivo orgânico não são certificadas, o que denota um desafio ao acesso dos mecanismos de certificação por parte desses agricultores.

Finalmente, também faltam nestes dados do CNPO as UPs orgânicas certificadas por duas certificadoras internacionais que trabalham no Brasil, mas não são credenciadas pelo MAPA porque a produção certificada é destinada à exportação (WILLER et al., 2020). Em somatória a essa questão, no Censo Agropecuário (2017), não se conseguiu obter esses dados devido à simplificação do questionário utilizado, o que gerou perda de análises e informações. Portanto, não foi possível realizar comparações mais precisas da evolução do setor e traçar um retrato mais amplo da agricultura orgânica no Brasil que incluía produtores não certificados.

4.2 Comercialização de Alimentos Orgânicos em Circuitos Curtos no Brasil

O Mapa de Feiras Orgânicas idealizado pelo Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), no ano de 2020, apresentou 898 estabelecimentos enquadrados nos circuitos curtos de comercialização (CCC), categorizados em feiras orgânicas e agroecológicas, comércios parceiros de orgânicos e grupos de consumo (GC).



A partir do referencial teórico utilizado, foi visto que se inserem na lógica de CCC iniciativas de mercados que não envolvem mais de um intermediário entre produtor e consumidor, e que transpassam as lógicas de apenas compra e venda. Eles têm capacidade de re-espacializar os alimentos, constroem relações e conectam a produção de alimentos, origem, natureza, culturas e tradições, além de serem pensados como espaços de socialização, troca de saberes e tantos outros diferenciais para atender às exigências e demandas de uma nova concepção de consumidores que está emergindo.

O Mapa de Feiras Orgânicas é uma plataforma virtual que atua como ferramenta de busca de canais alternativos de comercialização. Lançado em 2012, foi criado com o objetivo de aproximar o consumidor do produtor, estimular a alimentação saudável, mostrar como os produtos orgânicos podem ser mais acessíveis e ampliar o seu acesso aos consumidores (IDEC, 2017).

A maior quantidade desses canais foi localizada na região Sudeste, com quase 40% de representatividade. As feiras foram o canal com maior número, sendo 88% de um total de 898 empreendimentos mapeados pelo IDEC, já os GCR e os comércios ficaram quase equiparados, com uma representatividade de 7% e 5% respectivamente (Tabela 5).

Estes valores se devem ao fato de que as feiras são a principal porta de entrada dos agricultores familiares ao comércio local e o canal de comercialização mais difundido no Brasil, que além da compra e venda de produtos, também se configura como espaços educativos e de lazer, com maior interação entre consumidores e produtores, permitindo maior autonomia para os agricultores (DAROLT et al., 2015). De acordo com a pesquisa realizada pela Organix (2019), as feiras representam o local de preferência para a compra de alimentos orgânicos de 87% dos compradores orgânicos².

Tabela 5: Localização de circuitos curtos de comercialização (CCC) no Brasil, por região.

Região	Feiras Orgânicas	Comércios Parceiros	Grupos de Consumo	Peso relativo da região no total de CCC do Brasil (%)
Sudeste	30,5%	3,1%	5,1%	38,8%
Sul	23,4%	0,8%	1,3%	25,5%
Nordeste	22,4%	0,4%	0,2%	23,1%
Centro-Oeste	7,2%	0,4%	0,4%	8,1%
Norte	4,3%	0,0%	0,2%	4,6%
Brasil (%)	87,9%	4,8%	7,3%	100%
Brasil (n)	789	43	66	898

Fonte: Mapa de Feiras Orgânicas; IDEC (2020).

² É considerado comprador orgânico pela pesquisa aquele que comprou alimentos orgânicos nos últimos 30 dias da realização da pesquisa e em média 3 vezes por semana (ORGANIX; BRAIN, 2019).



A região Sudeste concentra 34,7% de feiras orgânicas levantadas pelo IDEC, 65,1% de comércios parceiros e, 69,7% de GCR (Tabela 6). Outro fato que se mostrou notório nesta tabela é que mesmo a região Sudeste tendo o maior percentual de feiras, as regiões Sul e Nordeste também têm valores significativos, fazendo com que este seja o canal de comercialização que está melhor distribuído pelo Brasil.

Já o peso relativo das regiões Centro-Oeste e Norte ficou abaixo das outras regiões já destacadas, sendo no total dos CCC 8% e 4,5% respectivamente (Tabela 5). Esse fato também ocorre quando se analisa o peso relativo para cada canal de comercialização separadamente. No caso das feiras orgânicas, por exemplo, a representatividade das regiões Norte e Centro-Oeste somadas não atinge a metade da expressão de feiras da região Nordeste.

Tabela 6: Localização dos diferentes circuitos curtos de comercialização, por regiões do Brasil

Regiões	Feiras Orgânicas	Comércios Parceiros	Grupos de Consumo
Centro-Oeste	8,2%	9,3%	6,1%
Nordeste	25,5%	9,3%	3,0%
Norte	4,9%	0,0%	3,0%
Sudeste	34,7%	65,1%	69,7%
Sul	26,6%	16,3%	18,2%
Brasil (%)	100,0%	100,0%	100,0%
Brasil (n)	789	43	66

Fonte: Mapa de Feiras Orgânicas; IDEC (2020).

Em relação aos comércios parceiros de orgânicos, só podem ser cadastrados no Mapa de Feiras Orgânicas do IDEC se cumprirem uma série de critérios, como ser uma iniciativa transparente sobre as relações com os agricultores, demonstrar a composição dos preços praticados, suas despesas operacionais e que tenha uma parceria com os agricultores para além da comercialização (IDEC, 2020).

Embora pesquisas apontem para o crescimento do mercado de orgânicos, ainda há limitações em relação aos dados acerca da produção e do consumo. De acordo com o diretor da Organix, Ming Liu, e a coordenadora da CI Orgânicos, Sylvia Wachsner, a falta de dados dificulta a mensuração do mercado e constitui um entrave na sua expansão, além de prejudicar o acompanhamento histórico da produção e comercialização (LIMA et al, 2019). Essa mesma questão foi evidenciada em seu desenvolvimento, ao levantar os dados a partir das bases dados disponíveis, notou-se falta de informações e padronização em algumas delas, reduzindo as possibilidades de estudo.



4.2 Produtores e consumidores: onde estão localizados?

Este artigo traz uma primeira aproximação à localização no Brasil da produção de alimentos orgânicos e da existência de circuitos curtos para a sua comercialização. O trabalho apresentou a localização das unidades de produção orgânicas cadastradas no CNPO, por região do território brasileiro, e por país de importação. Vale lembrar que cada um dos mecanismos de certificação e de garantia de conformidade de produção orgânica cumprem um papel fundamental, atendendo às necessidades e especificidades de cada tipo de produtor orgânico. Assim, os agricultores e/ou empresas escolhem a certificação a partir do tipo de mercado que desejam acessar.

Ressalta-se, assim, que foi assertivo por parte da legislação brasileira estabelecer três mecanismos de avaliação da produção orgânica, e reconhecer o controle social como instrumento de verificação e garantia da qualidade, refletindo a heterogeneidade dos sistemas de produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos no Brasil (NIERDELE; ALMEIDA, VEZZANI, 2013; MOURA, 2017). É significativo e respeitável salientar os esforços de diversos movimentos sociais, sociedade civil organizada e/ou diversos interessados na busca e luta por outros tipos de certificação além da auditoria.

Os dados demonstrados neste artigo mostram que a região Nordeste possui o maior número de UPs orgânicas vinculadas a Organizações de Controle Social, com um total de 2.176 em número absoluto. No entanto, quando se totalizam todas as formas de circuitos curtos, o Nordeste fica em 3º lugar entre as 5 regiões brasileiras, representando 23 % do total no Brasil.

A região Sudeste é outra região com forte expressividade. Corresponde a quase 39% dos circuitos curtos mapeados. Porém, o número de UPs orgânicas vinculadas a OCS cai para quase metade do Nordeste, sendo um total 1.210 UPs cadastradas. Essa discussão pode ocorrer em função do número de estabelecimentos familiares que há no Nordeste, região onde concentra o maior número de agricultores familiares segundo o Censo Agropecuário, com dados de 2017. Desta maneira os dados demonstram a distância do maior mercado consumidor, no caso do Sudeste, da localização da região onde se encontra a maior quantidade de UPs orgânicas garantidas por meio de OCS.

Os dados do IDEC mostram também que a região Sudeste, seguida da Sul e Nordeste, é a região com o maior número de locais que comercializam produtos orgânicos em circuitos curtos. Isto corrobora a pesquisa realizada pela Orgânis (2019), em que se constatou que a região Sul possui o maior número de pessoas compradoras de produtos orgânicos no Brasil, com um peso relativo de 23%, seguido das regiões Nordeste e Sudeste com 20% e 19% respectivamente.

5. Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento dos produtores orgânicos e de diferentes formas de comercialização em circuitos curtos, demonstrando a sua disposição e dimensão no território nacional. Os resultados constituem apenas uma primeira aproximação, pois estão limitados à análise por grandes regiões e caberia no futuro afunilar a análise por Estado, ou por grandes áreas de consumo. No entanto, pode-se observar que existe um verdadeiro potencial para a territorialização da produção de alimentos orgânicos em torno a centros consumidores, assim como alguns entraves. Como visto na discussão, os canais de



comercialização (feiras, comércios parceiros e grupos de consumo) podem englobar um ou mais produtores, assim como os agricultores escoam sua produção em mais de um canal de comercialização. Esse mesmo fato ocorre do lado da demanda em que os canais de comercialização podem atender um ou mais consumidores.

Contudo, o levantamento nas bases de dados permitiu desenhar um primeiro panorama de produção e consumo de produtos orgânicos. Percebe-se que a região Sudeste é a com maior representatividade quando se fala em circuitos curtos de comercialização em que a produção de alimentos deveria ser melhor explorada como uma opção para evitar os grandes deslocamentos, impactos ambientais e perdas com o transporte, etc. Já na região Nordeste, o número de UPs é bastante expressivo, principalmente quando se fala em garantia de conformidade de produção orgânica por meio da OCS, que demonstrou ser uma importante ferramenta para garantir a conformidade orgânica da produção de agricultores familiares.

A coexistência de diversas formas de certificação orgânica, com diferentes níveis de exigência e metas de mercado, é uma ferramenta de grande valia para disponibilizar alimentos orgânicos em todo o território nacional, próximo a grupos de consumidores, com custos de certificação adaptáveis. Assim, são necessárias iniciativas, principalmente do poder público, em fomentar políticas públicas para assistência técnica e extensão rural para contribuir no processo produtivo e demandas de certificação, também para mais canais de escoamento como o mercado institucional e a ampliação de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A pesquisa traz outro resultado importante sobre a distribuição de terras, que também é um obstáculo para a produção orgânica. Apesar da expansão das áreas com cultivo agrícola no Brasil, as áreas em produção orgânica certificada corresponderam no ano de 2018, a apenas 0,42% do total de áreas agrícolas (WILLER et al., 2020). O mesmo ocorre em escala global, já que 1,5% das áreas agricultáveis de todo o mundo são de cultivo orgânico. Os dados ficam ainda mais discrepantes quando se comparados ao número de produtores.

As reflexões em andamento mostraram que os circuitos curtos de comercialização se configuram no Brasil como uma forma viável de distribuição e de acesso aos alimentos orgânicos e agroecológicos. A construção desses mercados, que estreita as relações entre consumidor e produtor, parece trazer benefícios para ambos os lados, tanto para os consumidores organizados em torno do consumo consciente, quanto para os agricultores que passam a repensar suas práticas produtivas. Tal fato evidencia o quanto os diferentes atores organizados na sociedade civil podem trazer avanços para o desenvolvimento sustentável. No entanto, tais iniciativas, não eximem o dever do poder público em criar políticas públicas que desenvolvam e contribuam com a produção orgânica e que facilitem o acesso ao consumo desses produtos.

Vale aqui retomar a fala de Santos (2002) descrita na introdução deste artigo sobre a questão de que a fome não é devido à produção de alimentos e sim questão de distribuição, complementando com Abromovay (1985, p.57) segundo o qual, estamos caminhando para um “sistema de produção e distribuição de alimentos que torna possível a convivência cruel entre fartura e escassez”. Desta forma, cabe a pergunta: qual o tipo de produção e consumo de alimentos que realmente queremos defender?

À vista disso, os estímulos por parte do poder público, da organização da sociedade civil, a manutenção e desenvolvimento de políticas públicas para agricultura familiar, que pau-



tem a distribuição e o acesso à terra, e o consumo e a produção de alimentos, devem ser debatidos de forma conjunta. Assim, tem-se a possibilidade de incentivar a produção e o consumo de alimentos de base ecológica, sejam eles orgânicos, agroecológicos, naturais, entre outros, como ampla política pública que favoreça e estimule a alimentação saudável.

6. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Que é Fome**. – São Paulo: Abril Cultura: Brasiliense, 1985.

ANDRADE, Maurício Pino . **Los Sistemas Participativos de Garantía en el Ecuador**. A proximaciones a su desarrollo. Letras Verdes. Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales n.º 22, septiembre de 2017, pp. 120-145

BAVA, S. C. **Circuitos Curtos de Produção e Consumo**. In: STIFTUNG, H. B. Série Democracia - Um campeão visto de perto: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. 2012

BOUAGNIMBECK, H. **Global comparative study on interactions between social processes and Participatory Guarantee Systems**. A best practice study for learning and development with case studies from Africa, Asia, Europe and Latin America. In: International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM), 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 24 de dez. 2003. Seção 1, p. 8. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm>. Acesso em Março/2020

CASTRO, Josué de, 1908-1973. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço** / Josué de Castro. – Rio de Janeiro: Antares: Achiamé, 1984.

CHIFFOLEAU Y. **Les circuits courts alimentaires: entre marché et innovation sociale**. Paris: ERES Editions, 2019, 174 p.

DAROLT, M. R. et al. **Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil**. Ambiente & Sociedade, v. 19, n. 2, 2016.

DIAS, Valéria da Veiga; SCHULTZ, Glauco; DA SILVA SCHUSTER, Marcelo; TALAMINI, Edson; RÉVILLION, Jean Philippe. **O Mercado de Alimentos Orgânicos: Um Panorama Quantitativo e Qualitativo das Publicações Internacionais**. Ambiente & Sociedade, Vol. Xviii, Núm. 1, Enero-Marzo, 2015, Pp. 161-182 ,

EMBRAPA. **Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos** – Campinas: Embrapa Territorial, 2019.

FiBL - Research Institute of Organic Agriculture; IFOAM – Organics International. **The World of Organic Agriculture**. 20ª Ed. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

IDEC. **Mapa de Feiras Orgânicas**. Plataforma online de busca. Disponível em: <<https://feirasorganicas.org.br/>>. Acesso em Março/ 2020.



IDEC. **Mapa de Feiras Orgânicas: nova versão traz receitas e mais conteúdo.** Notícia disponível em <<https://idec.org.br/noticia/mapa-de-feiras-organicas-nova-versao-traz-receitas-e-mais-conteudo>>. Acesso em Março/2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro2017.html>> Acesso em Junho/2020

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura.** Botucatu: Agroecológica, 2001, p. 17-58.

LIMA, Sandra Kitawa; GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre; ALVES, Fabio. **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil.** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2019.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.** Brasil, 2020. Tabela em excel disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acesso em Março/2020

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. **Food supply chain approaches: exploring their role in rural development.** Sociologia Ruralis, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MONTEIRO, D; LONDRES, F. **Pra que a vida nos dê flor e frutos:** notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H. na R. et al. (Org). A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília : Ipea, 2017. 463 p. p. 53-83.

MOURA, I. F de. **Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil.** In: SAMBUICHI, R. H. na R. et al. (Org). A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017. 463 p. p. 27-51.

NASCIMENTO, G. S; WONSOWSKI, L. P; PAULINO, R. S. **A Venda Direta de Produtos Orgânicos em Feiras de Agricultores:** Uma Análise Comparativa entre Feira da Zona Sul e Zona Leste da Cidade de São Paulo. 1º ANPPAS Sudeste. EACH/USP. São Paulo, 2018.

NIEDERLE,P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M.(Org.). **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 171-214.

NOVAES, H. et all. **A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST** in.: NOVAES, H. et. all. Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia. 1ª Ed. – São Paulo. Outras Expressões, 2015. 408 p.

ORGANIS – Associação de Promoção Orgânica. **O que é um Produto Orgânico?.** E-book Pensando Orgânico, 2020. Arquivo PDF disponível em: <<https://organis.org.br/o-que-e-produto-organico/>>. Acesso em Março/2020

OTA – Organic Trade Association. **U.S. Organic Industry Survey 2019.** Disponível em <<https://ota.com/resources/organic-industry-survey>>. Acesso em Março/2020.

PEREZ-CASSARINO, J. **Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos:** uma leitura a partir da rede ecovida de agroecologia.



In: NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. (Org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 171-214.

PLOEG, J. D. Van Der. **Camponeses e Impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. UFRGS Editora, 2008.

PLOEG, J. D. Van Der. **El Proceso de trabajo agrícola y la mercantilización**. In: GUZMAN, E. S. (Ed.). *Ecología, campesinato y historia*. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992.

PREISS, Potira Viegas; MARQUES, Flávia Charão. **Tendências no movimento de re-localização alimentar brasileiro: uma análise de Iniciativas Colaborativas de Compras**. *Tessituras, Pelotas*, v. 3, n. 2, p. 269-300, jul./dez. 2015.

PRIM L. F. de. **Aspectos psicossociais da agricultura de grupo na agricultura familiar do oeste catarinense: um estudo sobre a associação de agricultores Monte Alegre (AGRIMA)**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Puc, São Paulo.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In *Território Territórios*. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.

SCHNEIDER, Sergio. **Mercados e Agricultura Familiar**. In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sergio. *Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural*. Porto Alegre: Ufrgs, 2016. Cap. 4. p. 93-136.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo. *Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía*. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia e Igualdad, Junta de Andalucía, 2012

SOUZA, H. P. de S; DOURADO, J. A. L. *Sistema orgânico de produção e a questão agrária: notas para o debate*. *Caminhos de Geografia*, v. 15, n. 52, p. 55–65. Uberlândia, 2014

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WILLER, Helga; SCHLATTER, Bernhard; TRÁVNÍČEK, Jan; KEMPER, Laura; LERNOUD, Julia (Eds.) (2020): **The World of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends 2020**. Research Institute of Organic Agriculture (FiBL), Frick, and IFOAM – Organics International, Bonn.

WISKERKE J.S.C. **On Places Lost and Places Regained: Reflections on the Alternative Food Geography and Sustainable Regional Development**. *International Planning Studies*, 2009. Vol. 14, no 4, p. 369-87.